

ISSN 1984-5588

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Textos Para Discussão FEE

Texto n° 134

**Contribuições para o estudo das migrações rural-urbanas no
Rio Grande do Sul, entre 1943 e 1963:
o ponto de vista dos sujeitos sociais**

Álvaro Antonio Klafke
Rodrigo de Azevedo Weimer

Porto Alegre, maio de 2015



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretário: Cristiano Tatsch



**Fundação de
Economia e
Estatística**

DIRETORIA

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretora Administrativa: Nóra Angela G. Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Rafael Bassegio Caumo

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Documentação e Difusão de Informações: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Contribuições para o estudo das migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul, entre 1943 e 1963: o ponto de vista dos sujeitos sociais

Álvaro Antonio Klafke

Pesquisador em História na Fundação de Economia e Estatística (FEE), Mestre e Doutor em História pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Rodrigo de Azevedo Weimer

Pesquisador em História na FEE, Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Doutor em

História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O texto apresenta alguns referenciais teóricos para posterior estudo de migrações de áreas rurais do Rio Grande do Sul para Porto Alegre no período 1943-63, intervalo entre a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do Estatuto do Trabalhador Rural. A opção teórica, baseada em contribuições de abordagens contemporâneas da História e da Sociologia Histórica, valoriza a interpretação das motivações subjetivas e individuais dos migrantes. Ainda que não se busque descartar a influência de fatores macroestruturais, critica-se a ênfase excessiva dada a eles, assim como a noção de “êxodo rural”. Problematiza-se a influência de fenômenos internos e externos em processos emigratórios. São feitas considerações a respeito de desdobramentos da pesquisa, quais sejam, por meio de entrevistas de história oral e através da análise da imprensa porto-alegrense.

Palavras-chave: migrações, “êxodo rural”, urbanização.

Abstract

This text presents some theoretical frameworks that are then applied to the study of migrations from rural areas of the Brazilian state of Rio Grande do Sul, to its capital, Porto Alegre. The period studied is from 1943 to 1963, the time between the approval of the Consolidation of Brazilian Labor Laws and this country's Rural Workers' Statute. Our theoretical option, grounded in recent contributions from approaches from the fields of History and Historical Sociology, values the interpretation of subjective and individual motivations of the migrants. Although the influence of macrostructures is not discarded, the excessive emphasis on it is criticized, as well as the notion of “rural exodus”. The influence of internal and external factors on emigration processes is problematized. We make some considerations about the developments of the research: by interviews on oral history and the analysis of Porto Alegre's press.

Keywords: migrations, “rural exodus”, urbanization.

Classificação JEL: J61.

Introdução

Em um relatório apresentado à Câmara Municipal, em abril de 1952, o Prefeito Ildo Meneghetti enumerou diversos fatores que, segundo ele, seriam responsáveis pelo crescimento desordenado de Porto Alegre: “[...] a precariedade da vida no interior, a falta de assistência ao trabalhador rural, os baixos salários, acrescidos da fascinação que as grandes cidades [exerceriam], com as suas diversões, seu movimento e a procura de mão de obra”.¹ Eis a gênese, para aquele administrador, do flagelo da capital: as “vilas de malocas”.² Proliferavam-se habitações miseráveis cujos moradores contribuíram para o crescimento, naquela década, em 89% da população dos municípios da Grande Porto Alegre (FEE, 1982, p. 70). De acordo com enquête realizada pela municipalidade em 1964, quatro em cinco moradores de “favelas” eram migrantes, de fato (TAMBARA, 1985, p. 77). Conforme assinala Gomes (2005, p. 241), na época do Estado Novo, os governantes já percebiam que a chave para a solução das mazelas urbanas estava em políticas que estancassem os processos migratórios ao garantir uma vida melhor para os habitantes do interior.

No mesmo momento em que a Grande Porto Alegre crescia quase 90%, houve elevado crescimento da população urbana do Rio Grande do Sul, em paralelo a índices muito mais acanhados no que toca aos habitantes rurais (Quadro 1).

Quadro 1

Crescimento populacional — década de 50		
CIDADES QUE VIRIAM A COMPOR A ATUAL REGIÃO METROPOLITANA DA CAPITAL	CIDADES NO CONJUNTO DO RIO GRANDE DO SUL	MEIO RURAL SUL-RIO-GRANDENSE
89%	71,9%	9,5%
FONTE: FEE, 1982, p. 70	FONTE: Medeiros, 1988, p. 10	FONTE: Medeiros, 1988, p. 10

Ainda que apenas na década de 60 o número absoluto de habitantes residindo em cidades tenha ultrapassado o daqueles que moravam no campo,³ o decênio anterior foi o decisivo. Entre 1960-70 e 1970-80, por exemplo, o ritmo de aumento da população das cidades foi significativamente inferior ao da década anterior (Quadro 2).

Quadro 2

Crescimento da população urbana do Rio Grande do Sul — 1950-80		
1950-60	1960-70	1970-80
71,9%	45,3%	47,7%
FONTE: Medeiros, 1988, p. 10	FONTE: Medeiros, 1988, p. 10	FONTE: Medeiros, 1988, p. 10

Em termos de taxas médias anuais de crescimento populacional, a década de 50 também se destaca (Quadro 3).

Quadro 3

Taxas de crescimento anual da população do Rio Grande do Sul — 1940-70			
DISCRIMINAÇÃO	1940-50	1950-60	1960-70
Espaço urbano	3,23%	5,57%	3,8%
Espaço rural	1,84%	0,91%	0,36%
FONTE: Bandeira, 1994, p. 34			

¹ Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Ildo Meneghetti em 5 de abril de 1952.

² “Vilas de malocas” era uma denominação utilizada nas primeiras décadas do século XX para designar aglomerados de habitações populares, e invariavelmente irregulares, que se formavam junto às grandes cidades brasileiras. Tem um sentido depreciativo — daí, “maloqueiro” — pois agrega, à condição de pobreza, um juízo moral negativo. (MEDEIROS, 1951).

³ Ver site do Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul:

http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1392

Três elementos, principalmente, foram destacados como explicativos dessa transferência de moradores do campo à cidade: por um lado, a penetração de relações produtivas capitalistas no meio rural que, ao intensificar a produtividade, “liberou” braços que tiveram de procurar trabalho em outras paragens (FEE, 1979, p. 81). Voltaremos a esse ponto adiante. Por outro, houve um intenso crescimento populacional nas menores propriedades das zonas coloniais na década de 50, período de aceleração da urbanização. Isso é evidenciado por um aumento, na população, de 191%, entre 1940 e 1970, nas propriedades de dimensões inferiores a 20 hectares, enquanto aquelas até 50 hectares cresceram 100% — quase a metade (FEE, 1982, p. 69). Os autores, portanto, sugerem que as principais regiões de origem dos migrantes eram as colônias, e que uma das causas do processo migratório seria a superpopulação dessas. Esse aspecto também será retomado. Finalmente, a agropecuária gaúcha teria passado por uma grave crise econômica em meados do século XX, o que seria justificativa da busca de oportunidades em outros lugares (SCHILLING, 1961). Muitas vezes, esses deslocamentos populacionais não se consumavam apenas nas cidades, mas também em regiões rurais de Santa Catarina e do Paraná.⁴

Um estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE) identificou a existência de um movimento paralelo rumo aos demais estados sulinos e em direção às cidades gaúchas, durante o decênio de 50:

O movimento populacional da agricultura para os demais setores da economia caracteriza a liberação de trabalho para as atividades não-agrícolas. Parte desta mão-de-obra pode ser ocupada pelos empregos criados nas zonas urbanas do estado e parte pode migrar para as regiões de fronteira agrícola a nível de país (FEE, 1979, p. 82).

Ao passo que as migrações rurais-rurais contribuíram para a ocupação do oeste catarinense e paranaense, o vertiginoso crescimento da população de Porto Alegre foi muito importante para o processo de metropolização, mas não apenas no sentido deletério — doenças, miséria, falta de higiene —⁵ atribuído pela administração pública. Conforme Laudelino de Medeiros (1959 e 1964, *apud* ALONSO, 2009, p. 384 e 385), a população originária do interior lentamente estava levando à conurbação entre Porto Alegre e as cidades vizinhas. A Lei nº 1233/54 procurou regularizar e disciplinar os loteamentos urbanos, o que contribuiu ainda mais para isso, dado que muitos habitantes das “malocas” deslocaram-se para cidades como Viamão, Canoas e Gravataí (ALONSO, 2009, p. 388). Assim sendo, para além das mazelas urbanas que produziram — ou de que eram acusados —, os migrantes rurais também devem ser percebidos como parte da metropolização — com suas “virtudes e carências” (ALONSO, 2009, p. 374).

O *locus* de observação do nosso estudo é a cidade de Porto Alegre e municípios vizinhos, não apenas pelo fabuloso crescimento no período estudado, mas também por constituírem a primeira e principal metrópole gaúcha. A partir da urbe, seguiremos as memórias de migrantes ainda vivos e retroagiremos rumo às regiões de origem, ao invés de ir do interior à capital (da maneira como fizeram, em suas vidas, literalmente, os entrevistados). Em vários sentidos, o olhar proposto é retrospectivo: em termos temporais e espaciais. Além disso, analisaremos os discursos referentes ao fenômeno migratório na imprensa porto-alegrense.⁶

O recorte cronológico — e toda delimitação contém implícita uma hipótese de trabalho — são as duas décadas entre 1943 — ano de sistematização das leis trabalhistas de Vargas (direito ao salário mínimo, férias, horas-extras,

⁴ Entre 1950 e 1960, ocorreu um aumento em 126% no número de migrantes para fora do Rio Grande do Sul; em 1970, havia 598.809 gaúchos habitando fora das fronteiras do Estado (FEE, 1982, p. 71).

⁵ Certa historiografia, não nomeada por seus críticos, chegou responsabilizar os migrantes rurais pelo fracasso na resistência à implantação de regimes ditatoriais em 1937 e 1964 (!!!). Segundo essa bibliografia, este seria o efeito mais deletério: o operariado urbano, recrutado entre agricultores, seria incapaz de organizar-se e desenvolver uma “consciência de classe”, consistente. Traziam consigo, pelo contrário, seu “arcaísmo” e eram fáceis vítimas do “populismo”. Para uma crítica a essa perspectiva, ver Fortes e Negro (2007, p. 183).

⁶ Mais adiante, esmiuçaremos essas faces da pesquisa.

assistência médica, previdência, etc.) por meio da CLT — e 1963 (quando, ao final do Governo João Goulart, foi aprovada a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que ao campo estendeu as prerrogativas gozadas pelos moradores das cidades). Ora, nesse período está contida a década de 50, decisiva no que toca aos deslocamentos entre o campo e a metrópole; no entanto, o que nos levou a adotá-lo foi o fato de coincidir, exatamente, com o período em que trabalhadores urbanos tiveram acesso a direitos sociais indisponíveis aos agricultores. Uma de nossas hipóteses de trabalho, pois, é que a aspiração a leis trabalhistas a eles inacessíveis pode ter servido como poderoso impulsionador para que se direcionassem às cidades.

Adicionalmente, podemos lembrar que, *grosso modo*, o final de nosso período coincide com o momento que Targa, Ribeiro e Herrlein Jr. (1998, p. 267) identificaram como o início da efetiva integração das economias regionais com o mercado nacional. É possível que, desde então, os fenômenos migratórios tenham atingido novas envergaduras e escalas não mais pertinentes à nossa proposta de análise, extrapolando as fronteiras dos estados sulinos: o estado se inseria efetivamente em uma economia nacional. Ditas especulações, contudo, fogem a nosso recorte temporal e a nossas preocupações nesta pesquisa.

Existem evidências de que o acesso mais facilitado às leis trabalhistas nas cidades desempenhou um papel atrativo. Na tese de Weimer (2013, cap. 4), a busca por direitos em Porto Alegre figurou de forma importante nas motivações apresentadas pelos migrantes entrevistados; Macedo (*apud* FRENCH, 2001, p. 55), no final dos anos 40, percorrendo o sertão pernambucano, conheceu um poeta sertanejo que declamava versos críticos ao fato de os direitos sociais serem acessíveis apenas aos moradores da cidade; o relatório de Meneghetti apresentado no início do texto aponta exatamente essa atração. São, de fato, indícios pontuais, mas que encontram amparo em importantes referências bibliográficas sobre o assunto (GOMES, 2005, p. 241; original de 1988, FRENCH, 2001, p. 55; D'ARAÚJO, 2007, p. 220); ademais, eles podem ser enriquecidos por nossa pesquisa a respeito do assunto no Rio Grande do Sul.

Esta, pois, é a proposta apresentada: expor e discutir os processos migratórios a partir do ponto de vista dos sujeitos sociais envolvidos, em lugar de os considerarmos meras engrenagens em uma **máquina** socioeconômica avassaladora. Neste **Texto Para Discussão**, apresentamos algumas balizas teóricas e metodológicas que irão pautar a pesquisa a que, a partir dele, desejamos dar sequência. Investigaremos a capacidade desses sujeitos de interferir e conformar o funcionamento dessa “máquina”, por meio de suas atitudes, opções e convicções. Acreditamos que esse pode ser o direcionamento mais fértil de uma abordagem afinada com algumas das vertentes mais contemporâneas da História — apresentadas, brevemente, logo adiante. De forma alguma são desprezados dados quantitativos ou leituras macroestruturais — eles foram, por exemplo, de grande valia para, nesta **Introdução**, situarmos o processo e as questões envolvidas —; todavia, em boa medida (ao menos no que toca a nossas necessidades), esse mapeamento **já foi** realizado, sobretudo, por economistas, sociólogos, geógrafos e demógrafos. Pelo contrário, a partir das especificidades da pesquisa histórica e de nossas opções teóricas neste trabalho, pensamos ser possível apresentar uma contribuição original. Antes, contudo, cabe fazer um levantamento das abordagens com que dialogamos e em relação às quais estabelecemos um distanciamento crítico.

Explicações macroestruturais para o fenômeno da migração rural-urbana

O objetivo deste tópico é apresentar as principais abordagens macroestruturais no estudo das migrações. Está dividido, *grosso modo*, em duas partes. Inicialmente, são destacados autores que classificamos como estritamente estruturais, no sentido de propor explicações que privilegiam os condicionantes econômico-sociais. Em um segundo momento, analisamos pesquisadores que relativizam essas injunções, sugerindo maior atenção à margem de ação dos sujeitos.

Algumas elucubrações teóricas acerca do fenômeno da migração rural-urbana, referenciadas até hoje, foram formuladas na Inglaterra do século XIX. Comparando os dados dos censos de 1871 e 1881 no Reino Unido (Inglaterra, Escócia e Irlanda), em comunicação feita perante a Real Sociedade de Estatística, em 1885, Ernst Ravenstein elabora o que designa “leis da migração”. De fato, ele parece ter consagrado algumas caracterizações de aspectos recorrentes e estabelecido categorias de análise.⁷ Não é objetivo deste trabalho detalhar tais “leis”, mas cabe destacar, a título de exemplo, as observações de que a migração se dá por etapas; que as mulheres predominam entre os migrantes de curta distância; ou que existe um movimento de refluxo das correntes migratórias. Além disso, com base nos saldos demográficos e níveis de crescimento populacional, o autor cria as denominações “condados de absorção” e “dispersão” (RAVENSTEIN, 1980, p.46).

Suas reflexões merecem destaque por chamar atenção a algumas possibilidades de complexificação dos dados, como quando, após registrar que varia muito, em distância, a origem dos migrantes para os locais de destino, ele acrescenta que “[...] se os inquirirmos sobre os motivos que os levaram a abandonar o lar, encontraremos também gama muito variada”. Contudo complementa com a assertiva: “Na maior parte dos casos, porém, a resposta estará associada à busca de trabalhos mais remuneradores e atraentes do que os disponíveis nos locais de nascimento” (RAVENSTEIN, 1980, p. 43). Apesar das sugestões sobre a necessidade de observar vários aspectos, a conclusão a que chega, como vemos, é do predomínio do motivo econômico na intenção de migrar. Isso deriva de uma percepção moldada pelo clima de debate da época, no qual o processo de modernização capitalista, representado sobretudo pelo que era visto como decadência do mundo rural e pelo crescimento espetacular das cidades, subsumia tudo nessa visão generalizante, na qual o fundo econômico prevalecia. De qualquer modo, sua tentativa de teorização sobre as migrações teve vida longa e ampla repercussão e, por isso, aparece aqui como seminal para o que viemos denominando interpretações macroestruturais.

No mesmo sentido, escrevendo um século mais tarde, tem-se o estudo de Pamela Brigg sobre a migração para as áreas urbanas. A autora parte de exemplos concretos de pesquisas realizadas em vários países para propor reflexões de ordem metodológica. Vê-se que, agora, o desenvolvimento dos mecanismos de enquetes permite um detalhamento maior. Uma advertência importante trata das dificuldades relativas à memória dos entrevistados, além dos problemas de condução das perguntas e leitura das respostas: “Não se deve esquecer desta diferença entre as condições reais e a interpretação que dela fazem os entrevistados” (BRIGG, 1980, p. 635).

⁷ O trabalho de Ravenstein baseou-se no censo britânico de 1881, mas em 1889 ele publicou outro texto, também chamado “The Laws of migration”, dessa vez apoiado em dados de mais de 20 países. Acreditava que esses dados corroboravam suas observações anteriores (LEE, 1980, p. 95).

Aqui é proposto um tipo de enfrentamento à problemática das migrações já bem mais próximo dos indivíduos concretos, pois considera outros elementos na formulação das hipóteses para a movimentação de pessoas e populações. No final, os resultados mostram, segundo a autora, que se privilegiam as motivações econômicas. Contudo, ao se referir a futuras investigações, Brigg faz uma série de sugestões que incluem a atenção às características **sociopsicológicas** dos entrevistados (BRIGG, 1980, p. 677). Portanto, ainda que as conclusões mostrem a predominância de processos sobredeterminados, um refinamento metodológico poderia alterar, talvez, o quadro de percepção do fenômeno das migrações internas.

No Brasil, um dos autores que mais se dedicou ao tema foi Paul Singer, também privilegiando a consideração dos fatores macroestruturais. Todavia, em relação aos citados, é ainda mais marcadamente comprometido, do ponto de vista teórico, com a análise do processo de evolução capitalista, globalmente e em suas especificidades regionais. Por isso, chama atenção para o caráter histórico das migrações, isto é, para o fato de que essas estão condicionadas pelos processos socioeconômicos **particulares** nos quais se dão (SINGER, 1980, p. 217). A partir dessa relativização do aporte conceitual, Singer chega ao caso brasileiro, no qual o motor das migrações internas seriam as desigualdades regionais, repercutindo, internamente, a dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido que acontece entre países, no âmbito do capitalismo (SINGER, 1980, p. 223).

Considerando essa situação de disparidade como base, os fatores de expulsão que conduzem às migrações do campo seriam de dois tipos: os ligados às mudanças decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo, o que expulsa pessoas em nome do aumento de produtividade; e os fatores de estagnação, manifestada pela crescente pressão populacional sobre áreas de terras limitadas (SINGER, 1980, p. 223-224). Essa divisão permite visualizar melhor as consequências da emigração: as áreas sujeitas a fatores de mudança perdem população, mas a produtividade aumenta. Já no segundo caso, acontece estagnação ou mesmo piora do nível de vida (SINGER, 1980, p. 225).

Esse processo, aqui sucintamente descrito, é visto sempre através do prisma da evolução geral da expansão capitalista e tentando determinar as características históricas específicas das migrações no contexto dos países em desenvolvimento. Desde essa fundamentação prévia, o autor pretende estabelecer algumas proposições para futuros estudos que objetivem “[...] revelar o significado das migrações na constituição de uma economia capitalista com sua correspondente estrutura de classes nos países que passam atualmente pelo desenvolvimento” (SINGER, 1980, p. 235). Com esse propósito, ao avaliar as causas e os motivos das migrações, faz-se uma crítica às pesquisas centradas nas falas dos indivíduos, porque conduzem, geralmente, “[...] a análises psicologizantes, em que as principais condicionantes macrossociais são desfiguradas quando não omitidas” (SINGER, 1980, p. 236). Ou seja, há uma opção teórica clara, devendo-se distinguir as razões pessoais para migrar das causas estruturais da migração, pois

[...] a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se se quiser, *de classe*. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento. Num **segundo momento**, condições **objetivas e subjetivas** determinam que membros desta classe migrarão antes e quais ficarão para trás (SINGER, 1980, p. 237, grifos nossos).⁸

⁸ Nem todas as leituras macrossociais, fique entendido, abordam a penetração de relações capitalistas em economias tradicionais. Mesmo neste **Texto Para Discussão**, veremos adiante aspectos estruturais da produção camponesa. Todavia é legítimo associar a questão do capitalismo com as perspectivas macrossociais, na medida em que é frequente assim aparecer na bibliografia especializada.

Sob uma óptica em grande medida tributária de Singer, Ingrid Schneider, estudando as migrações em relação às dinâmicas demográficas, afirma:

O deslocamento de vastos contingentes humanos no sentido campo-cidade, como este que ocorreu no Brasil nos anos 70 — quase 16 milhões de pessoas —, não pode ser explicado como resultante de um somatório de opções de indivíduos ou famílias. A opção por migrar é reflexo de transformações na esfera da organização da produção e da realocação espacial de recursos econômicos num dado momento histórico (SCHNEIDER, 1994, p. 260).

Parece haver aqui um relativo exagero retórico para sublinhar um ponto de vista teórico. Não aceitar que a migração seja mero “reflexo” de uma transformação econômica não implica afirmarmos que o fenômeno deva ser analisado com base numa infinidade de casos individualizados, interpretados sem conexão. Mas significa que, entre as chamadas pressões “expulsivas” e o ato de migrar, existe uma gama de situações específicas, que se pretende estudar, e envolvem, por exemplo, situação prévia, conhecimento do local de destino, rede de relações, etc. Ou seja, com base no reconhecimento de um processo em curso, os estudos de caso permitem uma visão mais nuançada, no qual os agentes assumem um relativo protagonismo.

Um último exemplo dos autores que, nesta breve revisão, estão perfilados como representantes de uma visão predominantemente macroestrutural é o de Neide Patarra, para quem, na evolução da população brasileira, o processo de concentração espacial do desenvolvimento econômico, que reconfigura a regionalização e ao mesmo tempo generaliza a urbanização, é acompanhado “[...] de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão-de-obra para as áreas de concentração do desenvolvimento econômico” (PATARRA, 2007, p. 314). Assim, novamente, a dinâmica populacional — e as migrações, um dos seus elementos fundamentais — é relacionada, quase que exclusivamente, a um processo de reorganização produtiva. Para a autora, a população resultante da interação dos três elementos do movimento demográfico (natalidade, mortalidade e migrações) influencia e é influenciada pelas diferenças regionais. Estas últimas, por sua vez, “[...] resultam da modalidade de acumulação capitalista e das relações cidade-campo que essa acumulação implica” (PATARRA, 2007, p. 319).

Entretanto existe outro grupo de autores que relativizam a predominância dos fatores estruturais, conferindo maior atenção à participação dos sujeitos históricos, sem deixar de supor, obviamente, a sua inserção em processos econômico-sociais de maior amplitude.

Everett Lee, escrevendo na década de 60, e com o olhar voltado mais para a realidade norte-americana, salientava que pouco existia em termos de reflexão teórica sobre a migração, e que, embora criticado, o trabalho de Ravenstein ainda era uma contribuição importante. Seu objetivo guarda algumas semelhanças e distinções com o autor inglês, pois ele tentava

[...] desenvolver um esquema geral dentro do qual [seria] possível situar uma série de movimentos espaciais e, a partir de um número reduzido do que parecem ser proposições incontestáveis, deduzir uma certa quantidade de conclusões com respeito ao volume das migrações, ao desenvolvimento das correntes e das contracorrentes migratórias e às características dos migrantes (LEE, 1980, p. 99).

Para Lee (1980, p. 100), os fatores do ato migratório seriam: os associados ao local de origem; os associados ao local de destino; os obstáculos intervenientes e os pessoais. E observa que, se alguns fatores, ligados à origem ou ao destino, afetam a maioria das pessoas de forma similar, outros afetam diferentes pessoas de maneira distinta. Contudo,

[...] em vista de nunca ser possível especificar a série exata de fatores que estimulam ou inibem a migração de uma pessoa determinada, geralmente só é possível expor alguns que parecem ser de especial importância, verificando a reação geral ou média de um grupo considerável de pessoas. É desnecessário dizer que os fatores que retêm e os

que atraem ou repelem as pessoas não são compreendidos exatamente nem pelo cientista social, nem pelas pessoas diretamente afetadas (LEE, 1980, p. 100-101).

Essa proposição, em certa medida, conflita com a sua proposta de estudos mais centrados em indivíduos, o que se deve, precisamente, pela tensão e indefinição que cerca a discussão sobre a relação entre ação dos agentes *versus* forças sociais coercitivas que viemos expondo.

Há outra menção do autor particularmente interessante à nossa proposta de trabalho, referente ao grau de incerteza, desconhecimento e mistério que cerca a área de destino, nas migrações (LEE, 1980, p. 102). A questão é que o processo envolve uma enorme carga de expectativa, e essa é construída, em grande parte, por contatos pessoais e via disseminação cultural e propagandística na qual a imprensa e os meios de comunicação em geral jogam papel importante. Mais do que as condições “reais”, segundo Lee, o que importa é a **percepção** que se tem das próprias condições de vida e das expectativas. Vê-se, portanto, que é prerrogativa dos sujeitos uma margem de manobra, derivada de elementos como sensibilidade pessoal e conhecimento, o que não invalidaria a avaliação da dimensão coletiva dos processos, pois, apesar das relativizações e da consideração das individualidades, ele propõe hipóteses acerca das migrações que, com mais pesquisas, em certa medida poderiam ser generalizadas.

Tanya Barcellos, analisando os principais conceitos relativos às migrações numa abordagem demográfica e sociológica, recupera, em certa medida, o trabalho de pesquisadores que estamos apresentando (BARCELLOS, 1995). Fundamental à nossa proposta, no estudo da autora, é a crítica bem embasada acerca da visão de Paul Singer. Barcellos argumenta que a análise estrutural daquele autor peca por uma leitura “evolucionista” do processo de desenvolvimento capitalista e por subestimar fatores de ordem cultural e individual (BARCELLOS, 1995, p. 302). Desse ponto de vista, a avaliação dos fluxos de pessoas, na proposta criticada, incorreria em duas dificuldades básicas: seria excessivamente apoiada nos fatores econômicos e se constituiria numa proposta teórica datada. Ou seja, não daria conta da complexidade que envolveria as migrações contemporâneas — ela refere-se à conjuntura dos anos 80 e 90. Nesse sentido, apoiando-se em José de Souza Martins, ela destaca que uma visão que considere, além do estrutural, o “plano das decisões e ações ‘individuais’, via representações sociais”, poderia conduzir “[...] a um quadro explicativo onde a complexidade do real é abarcada de forma mais ampla” (BARCELLOS, 1995, p. 304). Mesmo que referentes a uma outra temporalidade, acreditamos que os aportes da autora podem contribuir ao estudo das migrações em meados do século XX.

Juán Elizaga, por sua vez, sustenta que

A unidade estatística — o “migrante”, por exemplo — ao contrário do que acontece com outros universos (“nascimentos”, “óbitos”, “população de fato”, etc.) não é susceptível de uma definição unívoca, mas de várias, em função do “tempo” e da “distância”, (ou da “unidade de área”, seu equivalente operacional) (ELIZAGA, 1980, p. 547).

Trataremos de ver outras variações além de “tempo” e “distância”, mas o próprio fato do reconhecimento de um caráter não unívoco é notável. Além disso, essa ideia é aprofundada quando o autor analisa uma crítica bastante difundida feita aos estudos sobre migração, que seria a “falta de uma teoria mais compreensiva”, que deveria “[...] levar em conta as inter-relações dos fatores demográficos, econômicos, sociais e psicológicos que intervêm nas diversas fases do processo migratório” (ELIZAGA, 1980, p. 550). Isso seria consequência, em parte, das diferenças de preocupação imediata dos demógrafos, sociólogos, geógrafos e economistas — e acrescentaríamos os historiadores. O mais relevante é que, em relação à distinção dos objetivos específicos dos campos de conhecimento, “[...] seja

diferentemente ponderada a importância atribuída aos instrumentos de trabalho (fontes de dados, técnicas de mensuração e de análise, hipóteses de trabalho, etc.)” (ELIZAGA, 1980, p. 551).

Ao examinar as pesquisas sobre migrações, Elizaga admite que, entre os fatores determinantes, se dá primazia aos econômicos, mas, no nível da análise microdemográfica, estudam-se as

[...] razões ou motivos declarados pelos migrantes (econômicos, sociais, psicológicos) e outras condições objetivas que intervêm na decisão de migrar (distância, meios de informação, contatos pessoais, etc.). Concebe-se essa decisão como um processo racional, mediante o qual os indivíduos fazem um balanço entre os aspectos positivos e negativos do ato de migrar ou das forças de “expulsão” e “atração” que operam nas áreas de origem e de destino (ELIZAGA, 1980, p. 561).

Além disso, os elementos que agem “[...] como forças de repulsão e atração (inclusive as motivações), operam sempre num contexto normativo e psicossocial, pelo que, na análise dos fatores, as normas, valores e crenças da sociedade que se consideram devem ser tidos como variáveis intervenientes” (ELIZAGA, 1980, p. 562). Há aqui, portanto, uma visão de acercamento ao tema bem mais complexa, pela consideração de fatores cuja compreensão não se deve limitar à simples menção de condicionantes como o processo de desenvolvimento capitalista, a transição demográfica, ou outros correlatos. Discutiremos, a seguir, algumas contribuições por parte da História e da Sociologia Histórica que, do ponto de vista dessas disciplinas, reforçam essa forma de pensar as migrações conforme fatores plurais.

Possíveis contribuições da História

Principalmente a partir da década de 70, nas ciências sociais, os paradigmas macroestruturais — marxismo, estruturalismo, a “história total” das primeiras gerações da Escola dos Annales — vêm sendo contestados. Mencionamos tais reorientações, mesmo que de forma limitada e sumária, mas não pretendemos caracterizar ou aprofundar as causas e dinâmicas de uma reconfiguração do conhecimento histórico. O fato que aqui nos interessa é que poucos profissionais em nossa área, no século XXI, contentam-se com explicações que não levem em conta a atuação, as percepções e motivações dos atores sociais — individuais ou coletivos.

As (não tão) novas abordagens têm enfatizado aquelas formas de atuação. Essas perspectivas são bastante heterogêneas e não cabe aqui uma caracterização detalhada das *nuances* entre os novos vieses. Desses, iremos recuperar apenas aqueles mais pertinentes ao nosso empreendimento de pesquisa: a noção de “experiência” em Edward Palmer Thompson e a concepção da relação entre indivíduo e sociedade em Norbert Elias e na micro-história.

Thompson, dentre outros pensadores,⁹ destacou-se na historiografia de tradição marxista por ter trazido à tona muitos debates secundarizados ou ignorados por seus pares. Tendo rompido com o Partido Comunista Inglês em 1956, dedicou-se a uma vigorosa atividade de pesquisa que trouxe uma renovação à vertente historiográfica à qual se vincula. O autor frequentemente tomou posições heterodoxas em relação ao marxismo então corrente. Polemizou duramente com autores marxistas mais tradicionais — particularmente Althusser —, incorporando à análise daquela tradição teórica noções como cultura e experiência, além do papel subjetivo da classe social. Para o autor, não se trata apenas de uma posição específica em um modo de produção: pelo contrário, **classe** é um sujeito histórico que

⁹ Thompson, juntamente com autores como Raymond Williams, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, entre outros, são representantes de um movimento intelectual e político surgido no Reino Unido, em meados da década de 50, internacionalmente conhecido como Nova Esquerda Inglesa.

tem um papel ativo em sua própria constituição (THOMPSON, 1987). No binômio “luta de classes”, Thompson opta claramente pelo primeiro termo: o conflito como um processo ativo, ao contrário da classe como uma matéria substantiva. A luta faz a classe, mais do que a última faz a primeira. Os atores sociais definem a si mesmos em um processo, em lugar de serem reificados.

Ainda que uma categoria social como os migrantes rurais não necessariamente resulte em um coletivo estruturado (como a classe de Thompson), podemos nos apropriar de aspectos teórico-filosóficos do pensamento do marxista inglês para dar conta do grupo analisado. Senão percebermos a atuação dos migrantes apenas como consequência imediata das circunstâncias econômicas que geraram a necessidade de partir ou do poder atrativo da cidade, será possível atentar à forma como processavam culturalmente, e a partir de valores próprios, determinada situação social em que se encontravam. Uma abordagem informada por Thompson leva a crer que os migrantes são definidos a partir de sua ação e de seus valores. São aspectos estabelecidos por meio da maneira como sua consciência dá conta das condições socioeconômicas vivenciadas — por exemplo, determinada percepção da privação de direitos trabalhistas no campo, uma de nossas hipóteses de trabalho. Não basta, assim, a descrição do processo, mas a forma como o pensaram e vivenciaram. Aquela, por si só, não é suficiente para sua definição como um grupo social, mas sim o compartilhamento de experiências comuns.

Eis seu conceito de “experiência”, por ele qualificado como um “termo ausente” na bibliografia marxista: não oposto aos escritos marxianos, mas também não coincidente com eles (THOMPSON, 1981, cap. XV). A noção refere-se aos imperativos estruturais devidamente elaborados pela cultura. Para Thompson, trata-se de um conceito necessário, pelo fato de os sistemas normativos, culturais e mesmo **morais** de operacionalização das demandas econômicas não estarem contemplados nas categorias correntes do marxismo ortodoxo. Limitar-se a estas últimas, apostando na possibilidade de interpretação do mundo a partir da construção de um sistema conceptual mecânico, esquemático, finito e autossuficiente, representa, para esse historiador, um esforço **idealista** destoante das intenções originais de Marx (THOMPSON, 1981). Ao trazer à reflexão o papel subjetivo no processo histórico, quando esse passou anos recalçado por uma leitura totalizante, o autor foi muito influente na historiografia. Contudo é possível questionar a ausência de uma reflexão a respeito do papel do indivíduo, já que o agente histórico thompsoniano, sempre, é coletivo. Essa questão foi esmiuçada pelos outros autores aqui escolhidos para discussão.

Elias foi um sociólogo alemão que, já na década de 30, soava dissonante entre seus pares, adiantando algumas questões que viriam à tona décadas mais tarde. Pareciam-lhe insatisfatórias tanto a abordagem que toma um indivíduo em isolamento absoluto perante a coletividade e cujas decisões são tomadas com plena autonomia e racionalidade, quanto aquela que dá ênfase aos constrangimentos globais sobre cada um, como se a sociedade fosse uma entidade abstrata com existência própria e externa às vicissitudes particulares. Criticava, ainda, as abordagens que tomam o corpo social como somatório de átomos humanos sem articulações (ELIAS, 1994a, p. 7).

Pelo contrário, o autor entende o coletivo e o particular como indissociáveis. Desde a tenra infância, por exemplo, a constituição do pessoal e as formas de internalização de normas culturalmente aceitas como necessárias ao convívio são socialmente formatadas; por outro lado, contudo, essas formas de disciplinamento social também são produto da ação humana (ELIAS, 1994a e 1994b). Mesmo a noção de “interpenetração” entre indivíduo e sociedade parecia-lhe inadequada, por pressupor uma separação entendida como inexistente (ELIAS, 1994b, p. 221). O autor prefere a ideia de “interdependência”, no sentido de que não há sociedade sem a articulação dos indivíduos entre si

ou independente das vicissitudes particulares. Utilizando a imagem da cunhagem, Elias propõe que cada indivíduo é “molde” e “moeda” — isto é, limitador e limitado pelos demais —; em algum grau, todos moldam e são moldados. Isso não significa, contudo, ignorar as assimetrias de poder que caracterizam a sociedade, já que, em algumas personagens, prevalece o papel de “molde”, e em outros, o de “moeda”;¹⁰ mas todos, em algum grau, são, a um só tempo, constrangidos e constrangedores: “Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda. Até o membro mais fraco da sociedade tem sua parcela na cunhagem e na limitação dos outros membros, por menor que seja” (ELIAS, 1994a, p. 52).

A observação é bastante relevante para nossa proposta de pesquisa, tendo em vista que os migrantes rurais não devem ser considerados **vítimas inertes** nem alheios às determinações socioeconômicas que pesam sobre si. Elias desloca o foco para a tomada de decisões em circunstâncias que não são escolhidas pelos indivíduos, mas que podem ser influenciadas por sua ação:

Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. Aparecem encruzilhadas em que as pessoas têm de fazer escolhas, e de suas escolhas, conforme sua posição social, pode depender seu destino pessoal imediato, ou o de uma família inteira ou ainda, em certas situações, de nações inteiras ou de grupos dentro delas (ELIAS, 1994a, p. 48).

Todavia, em algum grau, todas as motivações particulares reverberam no entorno. Elias concebe o social como uma rede, cujos fios se entrelaçam de uma forma “firme e elástica” (ELIAS, 1994a, p. 48). Nem a visão holista, nem a visão particularizada dão conta do real:

Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (ELIAS, 1994a, p. 35).

O que conta são as conexões internas.

Alguns desses problemas foram abordados também por autores vinculados à micro-história.¹¹ Esses autores, na década de 70, eram jovens intelectuais de extração marxista que procuraram dar respostas — a partir de sólidas pesquisas empíricas socioeconômicas (Edoardo Grendi, Giovanni Levi) ou socioculturais (Carlo Ginzburg) — aos dilemas teórico-metodológicos que inquietavam a disciplina histórica (LEVI, 1992, p. 134-135). Uma apreciação vulgarizada dessa corrente poderia sugerir que sua proposta se resume a um olhar mais particularizado dos processos sociais, a fim de “testar” hipóteses macro ou, em outro registro, constituir o macro a partir da ação subjetiva dos agentes observados em uma escala reduzida. “Ver a árvore antes da floresta”, em suma.

Pelo contrário, o estudo da atuação individual constitui-se em um “laboratório” de exame das possibilidades de ação social. Expliquemos melhor. A observação em escala reduzida permite uma apreciação mais acurada de quais são as margens possíveis de atuação dos sujeitos sociais; de como eles são constrangidos por elas, mas também como as manipulam, no alcance de suas forças, ou até mesmo as transformam. Seria a **variação** de escalas de observação — isto é, entre micro e macro — que produziria efeitos de conhecimento, e não sua mera redução (REVEL, 1998, p. 20).¹² Segundo Levi,

Seu trabalho [da micro-história] tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que

¹⁰ É evidente que o impacto das decisões, digamos, do Prefeito Ildo Meneghetti ou do humilde migrante rural era diferenciado.

¹¹ Prática historiográfica original da Itália, mas hoje internacional.

¹² Para Ginzburg, a história quantitativa é insuficiente, mas não desnecessária: “esse jogo de vaivém não fecha necessariamente a porta à indagação serial. Serve-se dela.” (GINZBURG, 1991, p. 175).

conhece sua — **relativa** — **liberdade além, mas não fora**, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais (LEVI, 1992, p. 135, grifos nossos).

A observação microscópica, assim, ajuda a perceber que os macroprocessos não são onipotentes.

Voltamos, aqui, a problemas similares àqueles a que chegamos a partir de Elias: de que maneiras as decisões dos migrantes podem ter impactado suas próprias ações ou a configuração social em que estavam imersos. Os trechos grifados demonstram que de forma alguma a ação social deve ser concebida de forma exterior aos sistemas normativos, mas tampouco se subsume a eles. Os sistemas mencionados existem, mas não são plenamente **coerentes** e possuem brechas nas quais é possível o deslocamento individual (LEVI, 2000). Em suma, o autor procura deslocar o foco das determinações estruturais ou da autonomia subjetiva racionalizada para a tensão entre esses aspectos. Aí está um desafio para quem está disposto a estudar a atuação dos migrantes.

Carlo Ginzburg assinala outro aspecto decisivo de sua investigação: a abertura teórica quanto à avaliação das possibilidades (GINZBURG, 1991). Entendendo a sociedade como um feixe delas, é possível pensar no **vivido**, nas experiências históricas, mas também no que poderia ter acontecido, nos projetos bem-sucedidos ou fracassados. Esse aspecto é mais importante do que aparenta, porque as atitudes e decisões dos migrantes fundamentavam-se nas **projeções** que faziam de seu futuro. A certeza quanto ao que aconteceu é uma construção *a posteriori* do pesquisador ou do entrevistado. Assim, pode-se e deve-se fugir à naturalização das condições do presente, como se esse tivesse, obrigatoriamente, que ter-se dado como se deu. Exemplificando melhor, é possível lidar de forma mais adequada com as expectativas daqueles que descreviam trajetórias migratórias, levando em conta, sim, o desfecho de seu itinerário, mas também o que eles acreditavam e desejavam que poderia vir a acontecer — o que buscavam na cidade, em suma. Essas considerações são bastante importantes no que toca a uma questão que se pretende abordar: nem todos os migrantes, ao contrário do que a fala de Meneghetti sugere, tornaram-se marginais no meio urbano. Existiram possibilidades de ascensão social que cada um, a partir de contingências, oportunidades e habilidades, logrou atingir.¹³

Essa percepção de que o processo de migrações contém, em si, um feixe de possibilidades que não estavam definidas *a priori*, mas que cada um viveu conforme seus recursos simbólicos, materiais, socioafetivos, ou mesmo de acordo com o acaso, leva a acreditar em percursos mais complexos, de estabelecimento ou retorno, de ascensão social, estabilização, pauperização ou mesmo degradação, de diferentes formas de habitação, profissões e condições de sobrevivência. Essa pluralidade de destinos possíveis torna difícil perceber um “êxodo rural” como categoria unívoca e massiva, **vitimizante** da população do campo. Eis a noção que discutiremos a seguir.

“Êxodo rural” ou migrações internas?

Quando falamos sobre as contribuições da história, uma das questões a salientar diz respeito ao cuidado com a linguagem das fontes. Essa é uma prática já consagrada, em sintonia com um posicionamento crítico em relação ao que é lido, fundamentalmente no sentido de desnaturalizar, problematizar alguns conceitos, noções gerais ou simples

¹³ Para Durham (1984, p. 111-125), também, os intentos migratórios davam-se em uma perspectiva de mobilidade social.

termos, especialmente aqueles de ocorrência reiterada. Se essa é uma orientação geral, cabe aqui ser mais específico em relação à expressão “êxodo rural”, tornando clara e justificando nossa discordância com o que consideramos uma utilização imprecisa.

Reinhart Koselleck é um dos historiadores que mais insiste no cuidado com a terminologia utilizada na descrição e interpretação da história. Os conceitos, e suas alterações de sentido, para o autor, não são apenas sinais de mudança, mas também fatores impulsionadores das mudanças sociais e, poderíamos acrescentar, justificativas de intervenção nos processos (KOSELLECK, 2006, p.109). Com relativa liberdade teórica, adaptando a reflexão do autor para noções fundamentais ao debate social e político, examinemos, portanto, a formulação. De início, efetivamente, surpreende a pouca atenção, nos estudos sobre migração, aos sentidos conferidos à locução “êxodo rural”. À ausência de reflexão, soma-se a percepção de que, no uso corrente, invariavelmente, ela assume uma significação de obrigatoriedade, irreversibilidade e, mesmo, de coerção. Tais acepções merecem uma análise semântica um pouco mais detida.

O termo “êxodo”, desde os primeiros dicionários consultados, consagra uma definição básica: “hum dos livros sagrados do antigo testamento, onde se narra a saída dos judeus do Egypto, guiados por Moisés” (SILVA, 1813, p. 582). Ou seja, trata-se de um livro, quase que não se confunde com a ação — que é saída, não expulsão. A esse sentido básico, com o tempo, acrescentaram-se, em todos os dicionários, definições relativas ao teatro antigo: no grego, o episódio final da tragédia, e, no romano, o final de uma comédia ou episódio cômico que se seguia à representação de uma tragédia. Com pequenas variações, esse conjunto compunha a definição dicionarizada que chegou até nossos dias.

Entretanto, no decorrer do século XIX e especialmente no XX, para o caso brasileiro, o termo “êxodo” começou a ser usado para designar a migração coletiva, sobretudo dos camponeses para a cidade. A disseminação do uso da expressão “êxodo rural” pode ser percebida, por exemplo, numa rápida busca na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A locução não é registrada, nos periódicos brasileiros, até o final do século XIX. Surge no início do XX e, então, em progressão acelerada, vai tornando-se cada vez mais recorrente. A evolução do número de suas aparições, nos jornais brasileiros da coleção, por período, é a seguinte: 1900-09 (3); 1910-19 (23); 1920-29 (64); 1930-39 (118); 1940-49 (571); 1950-59 (1648). A partir dessa data, há uma diminuição, mas não deve ser considerada porque também há uma redução no número de periódicos digitalizados.¹⁴

Esse uso, cada vez mais disseminado, foi percebido e registrado pelos dicionaristas, ainda que de forma indireta. No *Caldas Aulete* de 1958, por exemplo, lemos, juntamente com a definição convencional: “Emigração de um povo; saída de muita gente: ‘Tornou à cidade e depois novamente à aldeia do Espírito Santo, quando foi do *êxodo* dos padres, do governo, de grande parte da população’ (Afrânio Peixoto, Maias e Estevas, p. 89, ed. 1940)” (CALDAS AULETE, 1958, p. 2091, vol. 2). Mais tarde, o texto no qual a sua utilização permitida seria exemplificada é mais

¹⁴ A título de exemplo referente ao início do século XX: O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, na edição de 13/04/1906, numa reportagem sobre habitação para operários, já relacionava o problema com o “êxodo rural” e, sintomaticamente, com a necessidade de “prender” o homem à terra (p. 1).

explícito: “Emigração, saída: ‘A esses males vêm juntar-se as calamidades naturais: inundações, estiagens, e secas que, periodicamente, engendram o grande desemprego e provocam o êxodo da população’ (Lourival Fontes, Discurso aos Surdos, p. 54)” (FERREIRA, 1975, p. 601). Finalmente, na atualidade, surge o termo “êxodo” associado mais diretamente ao rural: “emigração de todo um povo ou saída de pessoas em massa <o ê. dos judeus><o ê. rural>” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1285). O restante das definições é comum aos demais dicionários.

A partir desse breve recorrido, retornemos a Koselleck, para destacar a tensão permanente que existe entre uma noção e uma situação objetiva a que ela se refere, pois continuamente se pode perceber um hiato entre as situações sociais e os usos da linguagem que as caracterizam ou as transcendem (KOSELLECK, 2006, p.111). Parece ser o caso em torno da expressão “êxodo rural”, com os termos associados, como vemos, mesmo nos dicionários. Por que a tensão? Porque situações concretas de migração não necessariamente se conformam aos sentidos atribuídos à locução. Ainda que intensas, as migrações foram pulverizadas, e, assim, pode-se questionar o caráter massivo. Além disso, o sentido teatral dá uma ideia de desfecho, final. Ora, tanto para o observador contemporâneo como para os próprios migrantes, a partida significa o início de uma vida nova, com enorme carga de expectativas.

Para além de algumas incongruências lexicais, a observação do uso comum também mostra um peso semântico de **expulsão**, cuja generalização deve ser questionada. Esse aspecto foi bem percebido em um trabalho sobre migração no Nordeste brasileiro:

E caso se esteja procurando uma terminologia que qualifique esta reordenação territorial, mais plausível seria aludir à “chegada urbana”, do que ao “êxodo rural”. Em alguns momentos, o termo “chegante” poderia ser mais oportuno e preciso que o termo “retirante”. Lembrar que a palavra “êxodo” mesmo no contexto bíblico, no caso dos hebreus do Egito, refere-se a uma saída (migração) voluntária para Canaã, e aquele povo, embora cativo, não foi expulso (RIBEMBOIN; MOREIRA, 2008, p. 2).

Em seguida, os autores reforçam que “[...] a migração não deve ser vista unicamente como um processo de ‘êxodo rural’, decorrente dos flagelos da seca, mas resultante de um conjunto de fatores, inclusive, os de busca por melhores salários e renda ao longo do ciclo de vida daqueles que decidem migrar” (RIBEMBOIN; MOREIRA, 2008, p. 13). Esse texto é um dos raros exemplos dentre os estudados no qual, de alguma forma, é analisado o uso da expressão “êxodo rural”, e criticada a sua imprecisão conceitual.

Inexatidão que surge em vários momentos, na reflexão sobre migrantes rurais. Permite, digamos, uma liberdade excessiva, como falar, por exemplo, em “êxodo ‘administrado’ pelo Estado”, na Europa, através de mecanismos de controle, muitas vezes opostos às injunções do mercado (SCHNEIDER, 1994, p. 266). A autora refere-se à ação pontual dos poderes públicos com objetivo de diminuir as migrações, vistas como implicitamente negativas. Nesse mesmo sentido, Paulo Schilling utiliza, alternadamente, a expressão “êxodo” e “fuga”. Curiosa aplicação, especialmente quando ele lança propostas para combater o “êxodo” de agricultores para fora do Rio Grande do Sul e abre um parêntese, observando que “a fuga de colonos para outros Estados não constituiria um mal maior se enquadrado dentro de um planejamento nacional” (SCHILLING, 1961, p. 118). Nesse caso, claro, não seria “fuga”, mas uma variante de migração interna instituída. O que importa é perceber como, no momento da escrita, a

expressão já traz a carga de sentido negativo que passou a ser associada a ela no decorrer da produção intelectual sobre o tema.

É claro que a negatividade está relacionada à percepção de uma realidade objetiva. Não por acaso, lembremos, foi a partir dos anos 50 que surgiram referências a situações sociais problemáticas no registro dicionarizado de “êxodo”. Neide Patarra lembra que “O êxodo mais intenso verifica-se na década dos 50, coincidindo com a ocorrência das secas de 1953 e 1958” (PATARRA, 2007, p. 327). Era, portanto, uma expressão muito ligada a condições **específicas**, como essa das secas. O problema é que ela assumiu um poder generalizante muito grande, com um efeito, consciente ou não, de **vitimização** da visão sobre os migrantes.

Recorrente e gasta, como quase todas as expressões assim consagradas pelo uso, “êxodo rural” acaba por obliterar a variedade de situações relativa às migrações e, como consequência, também suprime a ação dos sujeitos. Daí a nossa preferência, e insistência, por **migrações internas**, que, sem desconsiderar as injunções dos grandes processos, permite pensar o tema a partir de uma abordagem mais diversificada, dedicando atenção a algumas especificidades e situações particulares, relevantes ao entendimento das dinâmicas migratórias.

Emigração: entre fatores externos e internos

São frequentes, nas tentativas de explicação histórica, debates, nem sempre férteis, sobre a prevalência de fatores motores externos ou internos nos processos de transformação. Discute-se isso no que toca ao caráter escravista ou capitalista da economia colonial brasileira; sobre as leis antiescravistas no Brasil do século XIX; a Revolução de 1930 ou o golpe civil-militar de 1964. Em geral, trata-se de discussões um tanto estéreis, por serem aspectos indissociáveis. Contudo, quando se procura dar ênfase à atuação dos agentes sociais, torna-se necessário observar forças motrizes endógenas de transformação histórica, porque é nelas que reside o maior espaço de protagonismo. No caso em questão, apresentaremos, sobretudo, mecanismos de funcionamento intrínsecos à pequena produção camponesa, porque eles vêm sendo secundarizados ou esquecidos em face da expansão do capitalismo no meio rural, esse sim devidamente destacado.

Conforme exposto anteriormente, Paul Singer (1980) é o autor que destaca o último aspecto de forma mais incisiva, ao observar que, fossem fatores de modernização, fossem de estagnação, o capitalismo produz excedentes populacionais no campo, que são levados a partir. No primeiro caso, o aumento da produtividade leva à liberação de mão de obra, ocorrendo também expropriação de camponeses e a expulsão de agregados, parceiros e outros produtores não proprietários (SINGER, 1980, p. 223). Os fatores por ele identificados como de inércia também implicam migrações, já que a incapacidade de a agricultura de subsistência melhorar a produtividade da terra leva a situações de miséria que acarretam evasões.

A penetração de relações capitalistas no campo certamente ocorreu e foi responsável por deslocamentos populacionais, conforme visto na **Introdução**. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, a mecanização das lavouras capitalistas de arroz, trigo e soja implicaram “liberação da mão de obra”, o que influenciou até mesmo a economia urbana. “O processo migratório do campo para a cidade representa outra forma de a agricultura contribuir para o

desenvolvimento da empresa capitalista urbana”. [i.e., ajudando na regulação do preço da força de trabalho na cidade] (FEE, 1979). No entanto, em geral, costuma-se esquecer de outro aspecto de grande importância, e é nesse que nos iremos deter aqui. Vimos que a concentração populacional nas pequenas propriedades coloniais (FEE, 1982) foi decisiva, já que, conforme os autores, dali se recrutou parte significativa dos emigrantes. Essa constatação é convergente com algumas tentativas antropológicas de explicação da lógica econômica camponesa. Neste momento, iremos apresentar algumas teorias do campesinato, a fim de que elas possam ajudar a melhor localizar as questões de interesse neste trabalho de pesquisa.

Chayanov foi um economista russo que, em princípios do século XX, procurou apresentar dinâmicas próprias da economia camponesa, por meio da ênfase no núcleo familiar como unidade de trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974), propondo que seu funcionamento não pode ser subsumido no modo de produção capitalista envolvente. O autor, embora não estivesse preocupado com migrações da natureza que estamos enfocando, procurou compreender as pequenas unidades agrárias em seus próprios termos. Uma chave explicativa para os deslocamentos populacionais depreendida da proposta do autor é a relação entre terra e mão de obra familiar. Antropólogas brasileiras como Margarida Moura e Ellen Woortmann levaram adiante investigações dessa natureza, enfatizando os casos mineiro e sul-rio-grandense. As autoras procuraram investigar como dinâmicas internas aos grupos sociais produziram processos de expansão externa.

Observando a área rural de São João da Cristina (MG), Moura debruçou-se sobre a questão da herança da terra entre os pequenos sítiantes da localidade. Identificou uma contradição que assolava os camponeses da região: ao mesmo tempo em que a transmissão da terra era fundamental para a perpetuação do modo de vida tradicional, ela era insuficiente para todos, já que deveria ser repartida entre um elevado número de filhos (MOURA, 1978). As proles, em geral, eram grandes, a fim de garantir a mão de obra necessária à sobrevivência do núcleo familiar. Dessa forma, procurava-se por subterfúgios que possibilitassem a manutenção da terra indivisa, mesmo que à margem da legalidade que prescreve uma divisão igualitária entre os irmãos. A localidade enfocada era uma área de fronteira fechada e não mais havia para onde se expandir. Uma possibilidade frequentemente acionada foi a partida de adultos, homens e mulheres, para áreas rurais e urbanas do Paraná e de São Paulo. Embora Moura não menospreze a incipiente penetração do capitalismo, ela sublinha uma lógica interna à economia camponesa ao destacar que os mecanismos tradicionais de herança são muito anteriores à sua influência (MOURA, 1978, p. 2).

Woortmann, a exemplo de Moura, percebe as ondas migratórias informadas pelo parentesco e padrões de herança (WOORTMANN, 1995, p. 113). Tomando de empréstimo a Jean Roche (*apud* WOORTMANN, 1995, p. 114-115) a noção de “enxameamento”, a autora propõe uma explicação para a rápida ocupação do Rio Grande do Sul pelos lavradores alemães. Após narrar o processo de imigração de colonos da Alemanha para o Brasil, destacando seu caráter majoritariamente familiar, inscreve-o em um padrão do campesinato europeu: “[...] a maior parte dos emigrantes [da Alemanha] era de ‘excedentes estruturais’, isto é, eram não-herdeiros, por efeito da unigenitura;¹⁵ eram os que tinham de abdicar, [...] em benefício do todo representado pelo patrimônio indiviso da família” (WOORTMANN, 1995, p. 109). A autora demonstra, por meio de diversos exemplos, a reprodução, no Brasil, do mesmo modelo, levando a pressões populacionais, “enxames”, que acarretaram, a partir da colônia de São Leopoldo, a expansão para as colônias “novas” (Nova Petrópolis, Estrela, Lajeado) e, mais tarde, para o Alto Uruguai, Santa Catarina, Paraná,

¹⁵ Isto é, quando apenas um filho é herdeiro.

Mato Grosso, Goiás e Rondônia. A autora aponta um processo similar entre migrantes de origem italiana, mesmo que não aprofunde esse argumento.

Esse mecanismo de expulsão de excedentes populacionais e expansão tem caráter muito similar ao descrito por Moura: a terra esgota-se diante de um número elevado de sucessores — necessários, em si, para o trabalho na roça durante a infância. Há, assim, um paradoxo intrínseco à produção camponesa: “[...] muitos filhos garantem a força de trabalho na produção, mas implicam herdeiros demais que inviabilizarão a reprodução do campesinato no tempo” (WOORTMANN, 1995, p. 117). A solução, então, quando adultos, era partir, a fim de não fracionar a unidade familiar: “a própria lógica interna da pequena propriedade estimula a emigração. Alguns devem sair para que a propriedade e a família que lhe corresponde possam permanecer” (WOORTMANN, 1995, p. 118). A autora destaca a migração para o meio urbano e a proletarianização como alternativas; todavia a expansão da fronteira agrícola seria mais concernente à condição camponesa que se quer preservar. A cidade é vista como um espaço de “perdição” (WOORTMANN, 1995, p. 116 e 137). Nada disso significa a inexistência da penetração de relações capitalistas no campo. Ainda que a situe em um segundo momento (WOORTMANN, 1995, p. 197), não a coloca em oposição, antes, em interação, com os padrões camponeses por ela descritos. Apesar disso, a autora rejeita a redução dos fatores migratórios a agentes externos (WOORTMANN, 1995, p. 116).

A questão do interno e/ou externo foi equilibrada por Eunice R. Durham. Sua amostra de entrevistas foi realizada com migrantes rurais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador — portanto, como também faremos, a partir do ponto de chegada, e não daquele de saída. À primeira vista, sua abordagem parece enfatizar a penetração de relações sociais capitalistas no campo e o processo de desenvolvimento urbano e modernização do Brasil, de forma até mesmo irremediável (DURHAM, 1984, p. 19-42, 124), o que é feito de maneira, por vezes, vitimizante: “O trabalho assalariado nas grandes empresas agrícolas **destrói** as relações tradicionais, tanto as de vizinhança como as de clientela, e o trabalhador se vê **isolado e desprotegido**, pois não conta com recursos culturais que lhe permitam reformular suas reivindicações em termos de classe” (DURHAM, 2004, p. 180, grifos nossos).¹⁶

Durham, porém, assim como as demais autoras, reconhece especificidades do comportamento econômico dos sitiante (DURHAM, 1984, p. 59-80). Destaca, por exemplo, que uma vez chegando à idade adulta, os agricultores passavam por um processo de segmentação da unidade familiar, em virtude de uma fragmentação de terras que levava à partida (DURHAM, 1984, p. 63; DURHAM, 2004, p. 146). Ela chega a apontar aspectos similares aos identificados por Moura e Woortmann: “[...] o agregado é, frequentemente, o filho do sitiante que abandona definitiva ou provisoriamente uma paragem carregada de herdeiros” (DURHAM, 1984, p. 87). Identifica na emigração, assim, um recurso **tradicional** de alívio de tensões econômico-sociais (DURHAM, 1984, p. 119).

A diferença diante das perspectivas anteriormente discutidas é que a autora evita perceber tal situação em sua particularidade, articulando-a com outros constrangimentos — em moldes similares aos fatores modernização ou estagnação de Singer — enfrentados pelos agricultores em sua interação com a sociedade envolvente: “Solicitado de um lado por **novas necessidades**, limitado de outro por uma **tecnologia pobre**, o homem do campo é objeto de tensões cada vez maiores, diante das quais a emigração se apresenta como uma das poucas soluções possíveis” (DURHAM, 2004, p. 168, grifos nossos). Atenta aos aspectos externos que sobre ele incidem, Durham não descuida das motivações sociais internas ao grupo estudado (DURHAM, 2004, p. 159-160).

¹⁶ Em termos de uma sociologia da década de 70, as relações classistas são tomadas como o tipo de relação social por excelência.

É impossível saber, *a priori*, no caso do Rio Grande do Sul, quais tipos de fatores, internos ou externos, motivações camponesas ou capitalistas, foram predominantes, ou ainda suas interações. Só é legítimo propor qualquer assertiva nesse sentido a partir da verificação empírica — e, assim mesmo, de forma aproximativa, já que as metodologias propostas não se propõem à representatividade em um sentido estatístico. De todo modo, é importante destacar as explicações que situam as emigrações nas dinâmicas próprias dos moradores do campo, já que essas são frequentemente negligenciadas em nome de abordagens macroscópicas.

Finalmente, há que levar em conta a existência de variações regionais no tipo de migração. Tudo leva a crer que migrantes, digamos, de Santa Rosa, Teutônia e Ijuí obedeçam mais ao modelo de “enxameamento”, e aqueles de, por exemplo, Cachoeira do Sul, Camaquã ou Encruzilhada do Sul tenham vindo por causa da mecanização da lavoura capitalista. Estudo da FEE admite, de fato, tratar-se de movimentos paralelos. Se as migrações rural-urbanas decorrem da penetração do capitalismo no campo, há que se levar em conta que a maior parte dos migrantes rurais era oriunda das áreas coloniais (FEE, 1979, p. 86).

Desdobramentos da pesquisa

Partindo do reconhecimento da relevância de estudos de história oral para a análise de fenômenos econômicos, devidamente assinalada por Paul Thompson (THOMPSON, 1992, p. 105-110), uma primeira vertente do trabalho visa à aproximação dos deslocamentos rural-urbanos por meio de entrevistas com idosos que tenham feito esse percurso. Nesse sentido, discutiremos os marcos teóricos da história oral e sua centralidade para o estudo de memórias de migrantes.

Durante muito tempo, a história produzida por meio da oralidade foi criticada por não permitir uma aproximação realista do que teria ocorrido; afinal, a memória é sujeita a manipulações, silêncios, esquecimentos. Os críticos questionaram as possibilidades de uso desse tipo documental, tendo em vista seu caráter subjetivo.¹⁷ Em certa medida, alguns historiadores orais fizeram por merecer as críticas. Sua segunda geração, sobretudo, defendeu a possibilidade não apenas de atingir “a verdade” por meio desse tipo documental, mas, inclusive, de ser “mais verdadeira”, já que amparada no discurso dos protagonistas “de baixo”, dos “vencidos” em lugar das vozes “oficiais”.

A história oral, de fato, possui especificidades. Se nenhum tipo de história é capaz de atingir plena “objetividade” — não há experiência histórica diretamente acessível —, o conhecimento, no que toca a esse tipo de fonte, é muito indireto e possui mais mediações. Todo saber histórico guarda sua subjetividade, mas as entrevistas baseiam-se em **diálogo intersubjetivo** (PORTELLI, S. d.). Fontes orais possuem a peculiaridade de serem produzidas em uma construção *a posteriori* e provocada. São relato e resíduo de uma ação (ALBERTI, 2004, p. 34). Um procedimento de praxe, porém, de qualquer pesquisador, é o cruzamento documental, com documentação escrita — tanto a disponibilizada em arquivos públicos quanto a franqueada pelos próprios entrevistados — ou no cruzamento de um conjunto de entrevistas, a fim de perceber coincidências e dissonâncias factuais e narrativas. Consoante Joutard (*apud* ALCÀZAR I GARRIDO, 1992-1993, p. 38), é essa dialética que permite distinguir o dito do não dito ou o dito de forma diferente, e a discussão desses lapsos seria o que de fato caracterizaria a história oral.

¹⁷ Críticas similares às fontes orais foram feitas por uma estudiosa de migrações (BRIGG, 1980, p. 635).

Os estudos mais recentes trazem uma abordagem sofisticada. Ocorreu o deslocamento, como assunto de interesse, do **conteúdo** da entrevista para o **processo de rememoração**. Em outros termos, uma narrativa sobre os deslocamentos não pode ajudar tanto a historiar a migração, em si, mas sim a dinâmica da sua recordação. Os historiadores têm chegado a um consenso de que a memória possui uma historicidade própria que convém analisar: suas dinâmicas e transformações (NORA, 1997; ROUSSO, 1998). Os silêncios e esquecimentos, em entrevistas, também se revelam significativos e cabíveis de leitura e interpretação (POLLAK, 1989, 2000). Ao abrir mão dos “fatos” como tema observado, tomando, pelo contrário, as formas de lembrar ou narrar, os historiadores que se utilizam de fontes orais, por um lado, desvencilham-se da crítica que lhes poderia ser imputada — a incapacidade de acesso ao “real” — e aproximam-se de uma abordagem mais adequada e rica: caberia à história analisar criticamente a memória, tomada como objeto.¹⁸

Trazendo o exemplo dos migrantes rurais, deve-se interpretar o que o entrevistado diz “que aconteceu” ou diz “que achava que iria acontecer [ao partir ou chegar]” como a lembrança desses aspectos, e não como um retrato realista. Jamais saberemos o que os então agricultores esperavam da cidade no momento da partida, mas podemos descobrir o que eles, hoje, lembram sobre esse aspecto. As reminiscências são condicionadas por muitos aspectos localizados na atualidade. É provável, por exemplo, que quem perceba sua trajetória como menos bem-sucedida no meio urbano lembre-se do meio rural de uma forma mais nostálgica do que alguém que tenha vivido uma trajetória ascendente. Da mesma forma, as apreciações de alguém que tenha vindo durante a infância irão diferir daquelas dos que migraram adultos. Uma robustez maior no aparato crítico, sem dúvida, ajuda em uma apreciação mais consistente e convincente das entrevistas.

Em que uma perspectiva como essa pode ajudar em um estudo acerca das migrações? Aspectos como autopercepções podem ser melhor estudados através da riqueza trazida pela apreciação do **vivido**, tão comum em história oral. Inexiste relato que já não contenha, em si, uma interpretação; dessa maneira, a atribuição de significados não é prerrogativa exclusiva do analista, mas também do personagem que a viveu, no ato da narração: “[...] recordar e contar já é interpretar” (PORTELLI, 1996, p. 60). Para Alberti (ALBERTI, 2004, p. 33), porém, a construção dessas interpretações também implica a negociação e disputas de significados. A relevância do momento dialógico da entrevista ultrapassa, assim, em muito, a mera coleta de informações.

A memória, é claro, está sujeita a invenções, equívocos, lendas. O tipo documental em questão, todavia, devidamente criticado, dá margem à interpretação daqueles. Eis o porquê de Alberti sublinhar o caráter hermenêutico, ou seja, interpretativo, do saber em história oral (ALBERTI, 2004, p. 19). Por exemplo, por que o entrevistado funde duas datas distintas? Por que afirma que veio em uma data diferente daquela em que de fato migrou? Esses lapsos, em geral, não resultam de má-fé, e sim de dinâmicas específicas da memória. Para Portelli, as fontes orais efetivamente não são confiáveis para reconstruções rigorosas de fatos, mas são muito eficazes para descobrir os significados que a memória imprime aos últimos. Ao assumir essa perspectiva, os relatos “equivocados” são os mais preciosos ao historiador, por proporcionarem a interpretação dos hiatos entre o factual e o recordado.

Dessa maneira, a memória narra, mas também significa (PORTELLI, 1989, p. 6). A leitura das representações latentes à memória permite, afinal, avaliar a percepção que os sujeitos históricos têm daquilo que viveram. Isso

¹⁸ Alguns autores criticaram um distanciamento que tomaram como excessivo entre memória e história, já que aquela seria a matriz desta e, por conseguinte, o conhecimento deveria ser construído de uma forma mais integrada e equitativa entre ambas (CATROGA, 2001, RICCEUR, 2007).

possibilita ampliar, em muito, nossa compreensão das dinâmicas sociais. Esses aportes metodológicos, assim, contribuem às proposições centrais deste trabalho: a compreensão de como os diferentes sujeitos históricos entendem e constroem sua atuação, no caso específico dos processos migratórios. Da história oral também emerge uma valorização do indivíduo-narrador (ALBERTI, 2004, p. 20-22). Como viemos assinalando, procura-se, neste trabalho, tensionar na sua relação com o estrutural e trazê-lo como protagonista social.

Esboçados os principais limites e as potencialidades da história oral, bem como suas convergências com as propostas deste estudo, cabe destacarmos alguns aspectos práticos das atividades de pesquisa. Os entrevistados serão escolhidos a partir do ponto final do trajeto migratório — isto é, Porto Alegre e Região Metropolitana. Dado que tratamos de migrações pulverizadas, não trabalharemos com redes de vizinhança, parentesco ou comunitárias. Dessa maneira, inexistem pontos de contato para socialização e atualização de memórias entre os entrevistados, de tal forma que convergências nos relatos irão decorrer somente do compartilhamento de experiências sociais em comum, mas não da socialização de relatos. Serão escolhidos moradores que aqui se encontram ou que para cá tenham vindo no período entre 1943 e 1963, tomados de forma rigorosa, bem como a origem **rural**: não nos é interessante trabalhar com pessoas originárias dos núcleos urbanos, digamos, de municípios do interior, mas sim de suas áreas rurais.

Não há pretensão a uma representatividade de tipo estatístico, já que os pré-requisitos para seleção de entrevistados dificultam bastante a seleção por amostragem. Quando lidam com fontes qualitativas, os historiadores, em geral, trabalham com outro tipo de critério. Respeitando cada forma de fala em sua especificidade, nosso objetivo não é traçar normas, mas descrever e analisar comportamentos, estratégias, opções individuais diante das mesmas, por meio de um formato **narrativo**. Em suma, **experiências**, e essas dispensam validação por sua incidência numérica.

Se, por um lado, nosso trabalho procura perceber as motivações e razões das saídas, por outro, em direção distinta, mas não dissociada, também buscamos analisar os discursos relacionados à migração enunciados de uma perspectiva da cidade. Sinteticamente, isso pode ser explicitado a partir de alguns questionamentos: como a imprensa de Porto Alegre abordou o tema no decorrer do período delimitado (1943-63), acompanhando algumas conjunturas específicas? Qual a **terminologia** mais presente para designar o fenômeno? Qual a relação estabelecida entre o processo migratório e as perspectivas de desenvolvimento da cidade? Quais as imagens projetadas dos migrantes? O objetivo amplo, portanto, é o de acompanhar a face **pública** dos debates através dessa fonte básica que é a imprensa periódica escrita.

Há muito que o trabalho com jornais é recorrente na pesquisa histórica. O privilégio desse tipo de fonte relaciona-se a uma visão do papel da imprensa já consagrado pelo menos desde o início do que chamamos de modernidade, que, aliás, a palavra impressa ajudou a fundar. Robert Darnton destaca que é preciso pensar a inserção histórica da imprensa enquanto força ativa da vida moderna. Ela seria muito mais um integrante dinâmico do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na concepção e construção de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (DARNTON, 1996, p. 15). E é nesse sentido que buscaremos observar, nas páginas do **Correio do Povo** e do **Diário de Notícias**, a forma como era referenciada a problemática que cercava a chegada dos migrantes à capital do Estado, aspecto relevante da sociedade urbano-industrial que então se constituía.

Numa época em que a televisão, mais tarde o meio de comunicação de massa brasileiro por excelência, era muito incipiente, o rádio e o jornal, mesmo sopesando os altos índices de analfabetos, eram os principais veículos da

manifestação de ideias que norteavam os debates públicos. Os periódicos alteravam sua forma, mas sua relevância e capacidade de intervenção não decresciam. Efetivamente, a imprensa brasileira e sul-rio-grandense desse período estava numa fase de transição. Nas primeiras décadas do século XX, ainda se produzia um jornalismo político-partidário, que foi modificando-se, especialmente depois de 1930, no sentido de uma maior profissionalização, iniciando o que poderíamos chamar de fase empresarial. Até o início dos anos 60, essa “indústria” se desenvolveu, criou conglomerados¹⁹, mas somente após esse período surgiu o que Virgínia Fonseca denomina a “imprensa de indústria cultural”, tal como a conhecemos atualmente (FONSECA, 2005). O momento que nos interessa (1943-63), portanto, pode ser caracterizado, em termos de uma sintética periodização, como de um periodismo em desenvolvimento, acompanhando a industrialização do País, mas que ainda mantinha certo grau de politização mais explícita, típico do passado de sua constituição. Não chegara, todavia, o momento de subordinação total da produção de notícias à lógica capitalista, tanto pelo emprego de técnicas próprias das indústrias culturais, quanto pela sua completa sujeição aos imperativos do lucro (FONSECA, 2005, p. 115). É óbvio que o aspecto político jamais desaparecerá, mesmo nessa nova era que se pretende imparcial e menos opinativa, mas o importante é estabelecer uma distinção: o **Correio do Povo** de então, por exemplo, não é o mesmo da atualidade.²⁰

Mas essa fase é de transição também em outros sentidos, o que a torna particularmente rica: a modernização da imprensa acompanha o desenvolvimento da própria cidade. Assim, ao analisar o discurso jornalístico, objetivamos verificar em que medida é refletida a inserção — e a expectativa de inserção — dos interioranos numa metrópole em formação. Predomina uma visão positiva sobre o fenômeno? Ou privilegia-se o ponto de vista da resolução dos problemas? E esses problemas urbanos, se relacionados com os migrantes, que imagem compõem dos sujeitos? Destaca-se o orgulho da “metrópole” em ascensão ou a nódoa das “vilas de malocas”? No âmbito do desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial, portanto, migrações, crescimento das cidades e dos seus mecanismos de expressão cultural e de relações de poder — e, em ambos os casos, o periodismo exerce papel fundamental — estão relacionados.

A escolha do **Correio do Povo** e do **Diário de Notícias** liga-se ao fato de serem os jornais de maior circulação, em Porto Alegre, no período. Detinham uma estrutura de produção e distribuição mais desenvolvida, inserindo-se na fase de transição modernizadora já referida. Por isso, sua linha editorial era mais abrangente, prestando-se, portanto, a um tipo de análise mais ampla, difícil em jornais menores ou mais específicos. Além disso, observar dois veículos permite um certo cotejamento, percebendo-se possíveis diferenças de postura.

Essas diferenças estão ligadas às particularidades e aos vínculos que são próprios a cada jornal. E isso nos remete a uma questão fundamental, que diz respeito à forma de abordagem dos textos jornalísticos. Pretende-se uma análise contextual que considere a historicidade da inserção social dos periódicos, pela observação de seus principais condicionantes e interesses. Ora, há muito que o poder da mídia em geral é reconhecido. Contudo, afinal, seguindo as ponderações de Heloisa Cruz e Maria Peixoto, é limitado meramente apontar que a imprensa e as mídias em geral “têm uma opinião”. Fundamental é perceber que

¹⁹Um exemplo típico é o caso dos Diários Associados, poderoso grupo de mídia controlado por Assis Chateaubriand, do qual fazia parte o **Diário de Notícias**, de Porto Alegre, que será objeto de análise.

²⁰O **Correio do Povo** é um exemplo muito significativo porque, pela sua longevidade, atravessou várias fases da história da imprensa. Nesse sentido, são notáveis, obviamente, as distinções de forma e conteúdo que expõe em diferentes momentos.

[...] em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

Esse ponto é importante, porque se vincula a um aspecto central do projeto, que é a relação entre migração e desenvolvimento da metrópole. Como era exposta e discutida, do ponto de vista bastante situado dos jornais, essa migração? A resposta a essa pergunta não é simples, na medida em que ela se confunde com a percepção coletiva sobre o fenômeno. Pois, como força social atuante, muitas vezes estabelecendo pretensos consensos, a imprensa, permanentemente, “[...] articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

Assim, essa “linguagem constitutiva do social”, detentora de uma historicidade e peculiaridades próprias, necessita ser trabalhada e compreendida como tal, permitindo a observação, em conjunturas específicas, que serão demarcadas, das relações entre imprensa e sociedade (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260). Da análise dessas relações, portanto, e na especificidade de nossa delimitação temática e temporal, espera-se que o trabalho auxilie a compreender melhor alguns aspectos referentes às migrações rural-urbanas, notadamente no que elas têm a ver com o desenvolvimento de Porto Alegre, metrópole então em plena expansão.

Considerações finais

O tema das migrações, notadamente quando associado ao processo de urbanização derivado do desenvolvimento do capitalismo industrial, conforme visto neste **Texto Para Discussão**, foi bastante trabalhado pelas ciências sociais. Entretanto destacamos aspectos que merecem um olhar ainda mais detido. Agora é o momento de sublinhar algumas premissas e possíveis contribuições de nossa proposta de pesquisa.

Partimos do pressuposto teórico de valorização da capacidade de **agência** dos indivíduos, os quais são, simultaneamente, constituidores e constituídos pelas redes de relações sociais nas quais vivem. Nesse sentido, se a decisão de migrar, por exemplo, sofre a contingência dos fatores econômicos mais evidentemente perceptíveis, também deve ser avaliada em seus aspectos particulares, com toda a carga de subjetividade que isso acarreta. Do nosso ponto de vista, as motivações dos sujeitos históricos são fundamentais à explicação dos processos sociais.

Na especificidade de nosso recorte temporal, considerando a totalidade da área rural do Rio Grande do Sul como origem e a Região Metropolitana como destino, propomos uma percepção mais fina das intenções (ou projeção retrospectiva das suas aspirações de mudança) dos chegados à Grande Porto Alegre no período. A partir desse olhar inverso ao fluxo, pensamos ser possível traçar um quadro mais nuançado dos processos migratórios. Dinâmicas sociais internas às comunidades de origem auxiliam na explicação das motivações de partida. Além disso, a capacidade atrativa das cidades, embora seja propalada em termos generalizantes, é sentida de maneira particular, dependendo de fatores como grau de informação, relações e mesmo pretensões mais pessoais.

Não se podem aplinar os perfis e as motivações dos migrantes no processo de análise das partidas e chegadas. Aqui, buscamos destacar a pluralidade e a diversidade envolvidas nesse fenômeno. Muitos foram os lugares de saída ou destino, assim como havia grande variedade de estímulos para essa iniciativa, desde os planejados até os

contingentes; desde aspirações até a falta de alternativas; desde os imperativos da pobreza até a ambição de uma vida melhor.

As iniciativas dos migrantes frequentemente podem ser encontradas nas dinâmicas internas dos processos sociais por eles vividos, ao invés da intervenção de relações econômicas capitalistas definidas desde o exterior. Não se pretende, de forma alguma, ignorar a evidente importância do último aspecto. No entanto, ao direcionarmos o foco de nossa atenção para o primeiro, pretendemos destacar questões que entendemos de suma importância na compreensão dos processos migratórios e que vêm sendo ignoradas ou secundarizadas na bibliografia pertinente. Não só de fatores endógenos, contudo, fizeram-se os processos migratórios. Havia claros atrativos nas grandes cidades.

Uma das hipóteses centrais, vinculada aos limites temporais estabelecidos (1943-63), diz respeito à aspiração, pelos trabalhadores rurais, aos direitos trabalhistas a eles todavia não estendidos. Ora, esse é precisamente um ponto que mescla fatores de diversas ordens. Trata-se de uma questão econômica, certamente, mas cuja avaliação estará vinculada a outras injunções concernentes à situação das pessoas, a exemplo do valor simbólico do pertencimento a um Estado nacional entendido como dadivoso e garantidor de benesses.

A migração campo-cidade foi fundamental no processo de urbanização e, especialmente, na rapidez da constituição das metrópoles, como é o caso de Porto Alegre. O senso comum, desde o início do século XX, tende a relacionar a já discutida expressão “êxodo rural” com os **problemas** da cidade, como a favelização. Diversas questões elencadas até o momento levaram a se repensar essa noção, haja vista a vitimização por ela sugerida. Dotada de uma carga semântica de fenômeno massivo, opressivo e irresistível, acreditamos haver uma imprecisão conceitual que dificulta seu uso operacional. Pelo contrário, pretende-se historicizar o uso da própria expressão que passa, então, de instrumento analítico para objeto de pesquisa. Contrapondo sua utilização, na imprensa, à fala retrospectiva dos agentes sociais que vivenciaram o processo social estudado, enfocaremos a atuação dos migrantes e as ações por eles desenvolvidas em busca de melhorias para as próprias vidas.

Os processos migratórios, se colocaram dificuldades, acompanharam a expansão e o enriquecimento geral da cidade, sendo um fator determinante do desenvolvimento. Portanto, não se trata de considerar apenas as periferias, sobretudo porque a população que incrementou de forma notável o índice de aumento demográfico da cidade em crescimento inseriu-se em vários níveis no plano socioeconômico. Se é verdade que muitos traziam a marca da pobreza — sendo determinantes nos processos de conurbação —, os itinerários ascendentes de alguns mostram que a urbanização acelerada, simultaneamente, permitia e se retroalimentava dessas trajetórias de progresso pessoal. Por essa razão, de diferentes formas, sejam imigrantes rurais em ascensão, sejam padecendo de situações de pobreza, contribuíram com o desenvolvimento urbano.

Fontes de pesquisa

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil) (BN). **Hemeroteca digital**. 2015. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALCÁZAR I GARRIDO, Joan. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, Editora Marco Zero, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set. 1992, ago. 1993.

ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**. Causas e Perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

ALONSO, José Antônio Fialho. Gênese e institucionalização da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). In: ALONSO, José Antônio Fialho; MAMMARELA, Rosetta; BARCELLOS, Tanya (Org.) **Território, Economia e Sociedade**. As transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2009.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1392>. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

BARCELLOS, Tanya. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 296-309, 1995.

BRIGG, Pamela H. A migração para as áreas urbanas. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 611-692.

CALDAS AULETE. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 4.ed. Atualizada, revista e aumentada. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: [s.n.], anno 6, n. 1736, 13 abr. 1906. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa, **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano — o tempo do nacional-estatismo** — do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURHAM, Eunice Ribeiro. As comunidades rurais tradicionais e a migração. In: DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

ELIZAGA, Juan. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 539-576.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FONSECA, Virginia P. da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. 2005. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO; NEVES, Lucília de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano — O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRENCH, John. **Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE (RS). **Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do Estado**. Porto Alegre: FEE, 1977. (25 anos de economia gaúcha, v. 2).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE (RS). **A mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul: 1920-1975**. Porto Alegre: FEE, 1979.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE (RS). Do destino e utilização dos homens do campo. In: FEE. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1982, p. 67-73. (25 anos de economia gaúcha. v. 3).

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KLAFKE, Álvaro Antonio. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem**: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/edipucrs/Capa/PubEletrEbook>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 89-114.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira. **Vilas de Malocas**: ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre: UFRGS, 1951.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **As formas de produção e a emigração rural no Rio Grande do Sul**. 1988. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Editions Gallimard, 1997. [3vols]

PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História geral da civilização brasileira: economia e cultura (1930-1964)**, v. 11, 9a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Tomo III, p. 305-333.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989, Cpdoc/FGV.

POLLAK, Michael. **L'expérience concentrationnaire**: essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Ed. Métailié, 2000.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, UFF, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli. **Historia y fuente oral**, Barcelona, v. 1, n. 1, p. 5-32, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A dialogical relationship: an approach to oral history. [S. d.]. Disponível em: <http://www.swaraj.org/shikshantar/expressions_portelli.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2010.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 19-88.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEMBOIN, Jacques; MOREIRA, Francisco Gilvan Lima. O fenômeno da "chegada urbana" em contraponto ao do "êxodo rural". In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 93-101, 1998.

SCHILLING, Paulo R. **Crise econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.

SCHNEIDER, Ingrid. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 259-268, 1994.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**— recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/606/mode/1up>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. Tomo 1, p. 211-244

TAMBARA, Elomar. **RS: modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits; RIBEIRO, Paulo Sérgio S.; HERRLEIN JR., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo Weimer. **A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação**. (c.1847 — tempo presente). 2013. Tese (Doutorado) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.